

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 4 de março de 1977

Jornal Público

O conceito da Federação, nos déficits estaduais

A instalação do Ano Legislativo é ocasião tradicional para que o Executivo, em seus diferentes níveis, apresente aos parlamentares — e, por decorrência, à opinião pública — os elementos que permitam uma análise mais acurada das intenções governamentais para o exercício em curso. Por isso a coletânea de mensagens transmitidas em Brasília e nos Estados merece a cuidadosa atenção de quantos se interessam pelos destinos nacionais.

De nossa parte, o que verdadeiramente se destacou na fala executiva são as pungentes revelações sobre a situação financeira das unidades federadas, a começar das mais importantes do ponto de vista econômico. Não se trata de minimizar as considerações retrospectivas, ou o programa de trabalho, do Governo central. Porém recordamos que os tópicos mais significativos do relatório presidencial ao Congresso já haviam sido apresentados à Nação no começo de janeiro quando foram devidamente dissecados.

Já a situação econômico-financeira dos Estados, enfocada com a perspectiva que somente a consolidação das previsões orçamentárias pode oferecer constitui tema merecedor dos mais urgentes cuidados. Pensamos que o problema

da escassez dos recursos para investimento e até para o custeio das operações correntes não se restringe a uma ou duas unidades estaduais. Ao contrário, trata-se de questão generalizada o que configura o caráter profundo das dificuldades.

Desde logo, são dois os caminhos para se considerar tão relevante-assunto. Um, de curto prazo, consiste nas dificuldades conjunturais dos Estados autorizados a manter operações de crédito junto ao mercado privado de capitais. O outro, mais delicado, envolve o grau de centralização das decisões econômicas em Brasília.

O problema de curto prazo expressa na conhecida resistência que os investidores particulares têm manifestado acerca dos papéis emitidos pelos Tesouros regionais incluídos no rol das autorizações concedidas pelo Senado. Existe um motivo técnico para isso, uma vez que se tratam de papéis indexados segundo os índices oficiais de correção monetária, que desde meados do ano passado — quando o Governo modificou a fórmula para seu cálculo — não atraem os aplicadores.

Mesmo o Tesouro federal, é oportuno registrar, trabalha hoje preponderantemente com as LTN,

cuja remuneração está assegurada de forma mais realista através dos leilões por deságio administrados pelo Banco Central. Limitados a oferecer Obrigações com correção, os Estados vêem-se premidos a situações desestimulantes, como a de solicitar a reabertura seletiva dos mecanismos de recompra, que tinham se tornado exclusivos das LTN.

Ainda no aspecto da presença da Fazenda dos Estados mais desenvolvidos no mercado particular de capitais, há que se discutir o emaranhado de exigências burocráticas que legalmente deve preceder a cada novo lançamento. Os empréstimos públicos são uma contingência para financiar planos de investimentos em obras ou serviços públicos. Não cremos que devesse preponderar a liberdade absoluta para tais emissões. Mas a cristalização de uma atitude diametralmente oposta é igualmente indesejada. Se existem Estados em condição de se apresentar aos investidores sem a necessidade de aviltar taxas, o que comprometeria todo o mercado de capitais, bastaria que se instituíssem normas de caráter operacional incluindo tetos para o valor dos lançamentos e prazo de maturidade dos títulos.

O exercício dessa política normativa requer, porém, uma nova

atitude institucional diante do funcionamento da Federação. Reconhecemos que o problema é suficientemente complexo para determinar cautela e extensos diálogos antes de se adotar uma solução. A realidade das disparidades regionais não pode ser esquecida e, através dos programas para minorá-las, a presença do Governo central se fará sentir de maneira intensa. Mas a instituição de barreiras ao exercício das potencialidades de muitos Estados testemunha a incidência de um equívoco que deve ser combatido eficazmente: imobilizando a capacidade de desenvolvimento das unidades mais ativas, nossos administradores acabam por restringir o potencial de crescimento da economia como um todo.

É impossível deixar de vislumbrar um traço de imobilismo em tal atitude. Se o Governo do presidente Ernesto Geisel tem proporcionado sólidos estímulos à consolidação e aperfeiçoamento do parque produtivo, além de desenvolver uma política de interiorização das atividades agrícolas e industriais, cremos ter chegado ao momento de atacar com energia o desafio de concretizar os aspectos funcionais da Federação.